

MULHERES, CLIMA E A SANTIFICAÇÃO DA INDIFERENÇA: A NECESSIDADE DE RECONSTRUIR O DIÁLOGO A PARTIR DAS RELAÇÕES DE PODER

*Women, climate and the sanctification of
indifference: the necessary discourse
reconstruction stemming from power relations*

Valeriana Augusta Broetto¹

RESUMO

Quando se analisa pesquisas com diferentes pontos de vista referentes ao discurso sobre mulheres e mudanças climáticas, é possível identificar que há três pilares principais que sustentam essa discussão: a vulnerabilidade, a invisibilização e a virtuosidade feminina. Essas bases fornecidas para o debate são verdadeiras: mulheres são, muitas vezes e em muitos casos, mais vulneráveis que os homens, são também invisibilizadas pela sociedade moderna e são consideradas virtuosas em suas relações com o meio ambiente. No entanto, a questão que resta é até que ponto essas constatações são benéficas às mulheres. Quando se diz que uma mulher é vulnerável, invisível e virtuosa, ela se torna a vítima perante as alterações climáticas de hoje. Quando elas são declaradas vítimas, perdem a possibilidade de tomar frente em discussões que levam

¹Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica em Direito Ambiental. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco (GPDA/CNPq). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. valerianabrtt@gmail.com.

seu nome, o nome da Mulher, pois dependem de heróis, exclusivamente terminados em “óis”, sem chances de tomar suas próprias decisões e pensar em políticas que atendam seus somente por Elas sabidos anseios, sem previsão de heroínas, com “a” no final. No fim das contas, a discussão entre mulheres e clima se fecha no âmbito daqueles que têm capacidade, e frise-se, por vezes somente formal, de serem heróis, e que o fazem com a inserção do discurso “feminizador” da vulnerabilidade e da virtuosidade em documentos sobre mudanças climáticas, deixando a mulher em linhas, papéis e rabiscos, onde podem ser facilmente apagadas, reescritas e transcritas, conforme andem as relações de poder da sociedade. Dito isso, essa pesquisa pretende, para analisar as conexões entre mulheres e mudanças climáticas, partir do pressuposto das relações de poder hoje vigentes, que não se restringem a questões climáticas e ambientais, mas permeiam todas as esferas da vida das mulheres. O estudo valeu-se, então, de método de abordagem dedutivo e de procedimento documental e bibliográfico, partindo de pesquisas exploratórias, sendo consultados artigos científicos com diferentes visões sobre o tema, livros, periódicos e documentos jurídicos, nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; mulheres; relações de poder

ABSTRACT

When analyzing researches with different points of view regarding women's and climate change discourse, it is possible to identify that there are three main pillars that sustain this discussion: women's vulnerability, invisibilization and virtuosity. These grounds are true: women are often, and in many cases, more vulnerable than men, are also invisible to modern society and are considered virtuous in their relationships with the environment. However, the question that remains is till what extend these findings are beneficial to women. When a woman is told vulnerable, invisible and virtuous, she becomes the victim of today's climate change. When they are declared victims, they lose the possibility to face the discussion that takes their name, the Woman name, by themselves, because they depend on heroes, exclusively finished in “oes”, with no chance to make their own decisions and think about policies that meet their only by them known yearnings, resting no prediction of heroines, with an “ines” in the end. In the end of the day, the discussion between women and climate gets closed to those

who have the capacity, and sometimes just formal capacity, of being heroes, and that do so by inserting the feminisation of vulnerability and virtuosity discourse in documents about climate change, putting the woman in lines, papers and scribbles, where they can be easily erased, rewritten and transcribed, according to the society's power relations. Saying that, this research intends, to analyze the connections between women and climate change, to start in the today's power relations, that are not restricted to climate change and environmental issues, but permeate all spheres of women's lives. The study was, then, based on a deductive approach and a documental and bibliographic procedure, starting from exploratory research, being consulted scientific articles with different views of the subject, books, periodicals and international and national legal documents.

Keywords: Climate change; women; power relations

INTRODUÇÃO

Estabelecer conexões entre mulheres e mudanças climáticas não é algo intuitivo. Reconhecer que há ligações entre elas e esse fenômeno, mas não entre homens e clima pode ser de difícil compreensão. Hoje, ao se analisar estudos sobre o tema, o debate que une mulheres e mudanças climáticas parece se revelar em três pilares principais: vulnerabilidade, invisibilização e virtuosidade.

Isso porque o feminino, em muitos contextos, é visto como vulnerável que precisa de atenção especial. Dessa mesma forma ele é visto nos processos legislativos e de tomada de decisão referentes à mitigação e adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Seja pela divisão de trabalho e pelo acúmulo dele na figura da mulher, seja pela responsabilidade com os filhos, seja em relação a sua saúde, a mulher aparece como um grupo mais em risco, incapaz de gerir sozinha seus interesses ambientais.

A mulher ainda sofre com a invisibilização da sua presença na sociedade. Uma borracha passou pela história e apagou os registros das grandes pensadoras, cientistas e artistas, deixando a figura masculina como a única capaz de grandes feitos e responsável pelo progresso que se viu. O feminino, então, é visto como o incompetente, que deve ficar à parte das políticas climáticas.

Da mesma forma, há muito se fazem ligações entre a mulher e a natureza, como se houvesse uma semelhança intrínseca e obrigatória

entre seus seres e vivências. A mulher, então, aparece como um ser místico e detentor da virtuosidade, sendo responsável pela proteção do meio ambiente e diminuição dos crescentes problemas ambientais.

No entanto, esse entendimento, além de inserir a mulher no debate climático, o faz por vias que camuflam as relações sociais de poder que perpetuam as desigualdades de gênero globais. Assim, esse artigo pretende debater a ideia de que é necessário que esses pilares sejam discutidos a partir das relações sociais hierárquicas, que fazem com que a mulher seja vista apenas como vítima, sem a possibilidade de ser heroína nas questões climáticas, a fim de que elas possam, além de ser reconhecidas dentro de seus contextos e circunstâncias particulares, ter acesso a recursos e argumentos para participar efetivamente do debate climático, ocupando espaços de tomada de decisão e de elaboração de políticas.

Para isso, foi utilizado método de abordagem dedutivo e de procedimento documental e bibliográfico, partindo de pesquisas exploratórias, sendo consultados artigos científicos com diferentes visões sobre o tema, livros, periódicos e documentos jurídicos, nacionais e internacionais.

1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECOFEMINISMO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Difícil é falar em preservação ambiental e manutenção da vida na Terra sem lembrar das Mudanças Climáticas. São elas que, hoje, assombram, sem exceção, os quatro cantos do Planeta, ainda mais por estarem se mostrando como consequência direta de ações inerentes ao estágio humano em que se vive e, se o que se pretende é analisar as conexões entre gênero e mudanças climáticas, é necessário, antes, compreender o eles são.

O Sol, que é a maior fonte de energia, emite radiação sobre a Terra. Essa radiação, atravessa a atmosfera terrestre e atinge a superfície, aumentando a temperatura. A Terra, por sua vez, emite radiação de volta ao espaço, mas devido a presença de alguns gases, essa radiação é absorvida, aquecendo a atmosfera e fazendo com que o calor seja emitido de volta em direção à Terra. Esses gases que provocam esse fenômeno são chamados de Gases do Efeito Estufa e são emitidos naturalmente pelo Planeta, possibilitando a vida na Terra.

No entanto, ao longo dos anos, com o desenvolvimento das civilizações e o advento da Era Industrial, a emissão de Gases do Efeito Estufa tem aumentado consideravelmente fazendo com que a

quantidade de calor retido na atmosfera seja acima do normal, provocando o aquecimento global, determinante para o que se chama de mudança climática.

Compreendendo o clima como o conjunto de condições atmosféricas que caracterizam uma determinada região, de forma padronizada, as mudanças climáticas podem ser entendidas como alterações ou variações nos padrões desses fenômenos atmosféricos que modificam o clima global ou regional, as camadas de gelo, o nível dos oceanos e a superfície terrestre.

A preocupação em torno dessas mudanças climáticas diz respeito ao já mencionado aquecimento global, por ser ele o responsável pelas alterações nos padrões climáticos globais e regionais e ser provocado pelo exacerbamento do Efeito Estufa, causado pelo aumento nas emissões de gases poluentes, pela atividade humana.

Pesquisas demonstram que depois que se passou a uma Era Industrial, após os anos 1700, as emissões de gases do Efeito Estufa aumentaram em decorrência da atividade humana, além das já presentes emissões naturais do. Essas emissões humanas são devidas à necessidade de energia para as tarefas diárias dos seres humanos que, para isso queimam combustíveis fósseis em larga escala, dada a falta de substitutos viáveis. Essa ação de queima gera os gases do Efeito Estufa que passam a compor a atmosfera da Terra.

Mas não é só pelo Planeta Terra estar ficando mais quente e com climas mais instáveis devido a atividades humanas difíceis de serem coibidas que se preocupa. O alarme que soa hoje é, também, em relação aos efeitos sociais que esses fenômenos climáticos causam e como solucioná-los.

Desertificação, derretimento das geleiras, problemas agrícolas, epidemias, furacões, tsunamis. Consequências diretas do aquecimento global, esses fenômenos vêm causando cada vez mais deslocamentos de massa forçados, escassez de recursos, novas doenças e intensificação de problemas urbanos. Talvez o maior deles seja as migrações que, como uma bola de neve, acarretam aumento da demanda por alimentos em lugares específicos, dificuldades econômicas e, até mesmo, problemas nas relações sociais.

Esses fenômenos climáticos são resultado direto das explosões populacionais, do crescimento econômico, do uso de tecnologias e fontes de energia poluidoras e de um estilo de vida insustentável, em que a natureza é vista como matéria-prima para exploração, característica do que é chamado de Sociedade de Risco.

É facilmente visualizável o maior padecimento de populações já vulneráveis, por inúmeras razões, frente às mudanças climáticas, sendo possível fazer claras relações entre esses indivíduos e o fenômeno em estudo. Porém, quando se restringe à relação entre mulheres e mudanças climáticas, a discussão se torna complicada.

Surgiu, depois de muitas pesquisas e debates, o termo “ecofeminismo” dentre as considerações sobre as relações entre seres humanos e meio ambiente. O termo, cunhado em 1974 por Françoise d’Eaubonne, uma feminista francesa, se refere às conexões entre as mulheres e a natureza. Assim, a preservação (ou a destruição!) ambiental, ganhou ligações com o Ser Feminino e com o modo de vida da mulher. Ecofeminismo, então, significa, para alguns, uma visão de mundo que respeita os processos orgânicos, as conexões holísticas e o mérito da intuição e da colaboração. Tem por base a ligação natural entre as mulheres e a natureza e reavalia as opressões que ambas sofrem por parte dos homens, em um sistema patriarcal e opressor. O movimento também analisa as normas jurídicas e sociais que incidem sobre as mulheres e a natureza com o intuito de dominá-las e propõe uma nova visão que trata o mundo como algo sagrado, onde todas as vidas têm valor (MILES, 2013).

Em tempos mais modernos, o ecofeminismo tem sido estudado através de possíveis combinações entre o feminismo e o ambientalismo que promovam o respeito à mulher e ao mundo natural, tendo como ponto de partida a noção de que as associações que foram feitas entre os dois grupos levaram à opressão e ataque de ambos, pois levam em consideração a ideia de que as mulheres, assim como a natureza, são irracionais e precisam de alguém que as controle, surgindo, desta forma, a figura do homem, novamente, como o ser racional e capaz de direcionar o *uso*, frise-se, da mulher e da natureza, resultando em uma sociedade hierárquica que privilegia os homens e permite o controle sistêmico da mulher e dos recursos naturais (MILES, 2013).

Com essa compreensão sobre o ecofeminismo, que conecta mulheres e meio ambiente, é possível perceber alguns pontos cruciais para o entendimento da relação entre mulheres ou, como será tratado aqui, gênero² e mudanças climáticas. O primeiro deles é a ligação quase que

² Sem entrar no mérito da discussão atual que considera gênero uma categoria mais abrangente, não se referindo apenas a dois grupos, quais sejam, homens e mulheres. Isso porque se faz importante a menção fidedigna às fontes pesquisadas, que trazem a palavra “gênero” em seus textos, se referindo a necessidade de se analisar as questões climáticas através de lentes de gênero.

natural que é feita entre as mulheres e a natureza, que torna o feminino virtuoso e místico em sua relação com o meio ambiente. O segundo ponto se refere à opressão e invisibilização sofrida pela mulher dentro de uma sociedade e suas cadeias de poder, retirando o seu protagonismo e suas possibilidades de chegar a posições de tomada de decisão e de elaboração de políticas. O terceiro e último ponto diz respeito a vulnerabilidade da figura feminina em seus mais variados aspectos – sem cair em generalizações, o que será debatido mais tarde.

Esses pontos que conectam as mulheres às mudanças climáticas, que é, hoje, a principal causa de destruição ambiental e, conseqüentemente, de vulnerabilização social, precisam ser debatidos com um novo olhar, já proposto por algumas autoras e que será reanalisado aqui, que empodere as mulheres e rediscuta as relações de poder de uma sociedade, que interferem diretamente nas possibilidades de controle de opressões e de contenção da destruição ambiental, das mudanças climáticas e seus efeitos adversos.

2 MULHERES, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE: TRÊS PILARES DA CONEXÃO

Há estimativas soltas de que, pelo menos, cinquenta por cento da população mundial seja composta por pessoas do sexo feminino. As mulheres, que sempre foram alvo, na sociedade antiga e na atual, de preocupações, positivas e negativas, novamente aparecem destacadas dentre as discussões sobre determinado assunto, aqui, qual seja, as mudanças climáticas. Dito isso, é interessante notar como o sexo masculino não é visto de maneira destaca na sociedade, nem como vítima e nem como responsável³.

Neste tópico, é isto que será debatido: os três pontos que destacam as mulheres em relação às mudanças climáticas, isto é, como elas são tratadas como vulneráveis, invisibilizadas e virtuosas diante das alterações do clima.

³ Em resumo, o que se pretende com essas afirmações é dizer que o homem sempre esteve em uma situação de conforto em relação à mulher, pois sempre foram elas que se destacaram como bruxas, hereges e também como vulneráveis, tornando o homem herói ao debater a questão feminina, enquanto, na prática, nada se altera.

VULNERABILIDADE

Vulnerabilidade e adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas são a preocupação central de muitos países em desenvolvimento. O Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em seu relatório sobre Adaptação, Impactos e Vulnerabilidades, traduz vulnerabilidade como “a propensão ou predisposição de ser afetado adversamente, englobando uma variedade de conceitos e elementos, incluindo sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade para lidar e se adaptar”. Segue dizendo que “pessoas que são social, econômica, cultural, política e institucionalmente ou, ainda, de alguma outra forma marginalizados são especialmente vulneráveis às mudanças climáticas e também a algumas medidas de adaptação e mitigação”. Atribui, ainda, que “essa alta vulnerabilidade é raramente devida a uma só causa. Em vez disso, ela é o produto de interseccionados processos sociais que resultam em desigualdades no *status* socioeconômico e nas rendas, assim como no nível de exposição” e dentre esses processos sociais está a discriminação de gênero (IPCC, 2014, p. 5).

De acordo com o mesmo documento, em sua parte técnica, as alterações no clima interferem diretamente na produção de alimentos, sejam eles de origem vegetal ou animal, na oferta de água potável, na proliferação de antigas e novas doenças e nos movimentos migratórios, em decorrência das alterações nos padrões de temperatura e nos regimes de chuva, que ocasionam eventos climáticos extremos e atingem adversamente os mais vulneráveis (IPCC-AR5, 2014).

Sabe-se, também, que a mudança climática acentua o abismo entre pobres e ricos e é largamente aceito que as mulheres nos países em desenvolvimento constituem um dos mais pobres e desvantajados grupos da sociedade, sendo que as que vivem no campo tem um papel ainda maior no manejo dos recursos naturais e ambientais, o que resulta na conclusão de que mulheres e seus meios de subsistência são particularmente vulneráveis aos riscos trazidos pela degradação ambiental e, conseqüentemente, pelas mudanças climáticas (DENTON, 2002), mostrando que existem os mais vulneráveis dentro dos vulneráveis.

Corre, ao lado disso, a estimativa de que 70% dos 1.3 bilhão de pessoas que vivem em extrema pobreza são mulheres. Essas mulheres, e muitas outras que não vivem a pobreza, são geralmente responsáveis pela colheita e produção de alimentos, coleta de água e abastecimento energético das casas para o aquecimento e para tarefas da cozinha. Essas mesmas mulheres carecem de direito de propriedade, de acesso a

recursos financeiros, treinamentos e tecnologias, e têm acesso limitado às esferas de poder (IUCN, 2015).

No mesmo sentido, pesquisas mostram que a divisão de trabalho doméstico, entendido como aquele referente aos cuidados do lar e da família, entre homens e mulheres, é desigual. Em geral, mais da metade daqueles responsáveis por atividades diárias de provimento e cuidado da casa, companheiro e filhos, são mulheres (IPEA, 2011).

Por outro lado, há um paradoxo nas relações de trabalho atuais, que pagam menores salários às mulheres, nos mesmos cargos de seus colegas homens, ou não as empregam. Assim, mulheres carecem de recursos financeiros para lidar com os efeitos adversos das mudanças climáticas, quando esses exigem deslocamentos nacionais ou internacionais ou certas amenidades, sem deixar de mencionar a responsabilidade feminina sobre o cuidado dos filhos, quando esses dependem economicamente das mães (IPEA, 2011).

Além disso, apesar de as mulheres possuírem uma estimativa de vida mais elevada do que os homens, a qualidade de vida delas é mais baixa comparada com a de seus parceiros ou dos demais agregados da casa. Enquanto as ameaças de saúde relacionadas com o aquecimento global se prolongam, as mulheres enfrentam riscos de saúde mais imediatos do que os homens, devido ao seu papel na divisão de gênero do trabalho (DENTON, 2002). Além disso, vale mencionar a saúde do sistema reprodutivo feminino, que abarca a gravidez, que requer, por sua vez, cuidados especiais com a mulher e o bebê, em termos nutricionais e de ambiente adequado para a gestação.

Esses são apenas exemplos de como as mulheres são consideradas mais vulneráveis do que os homens em relação às mudanças climáticas e como são mais suscetíveis a sofrer com seus efeitos adversos e suas dificuldades de adaptação. No entanto, aqui já se começa a perceber as alternativas de mudança desse cenário, as quais serão debatidas mais adiante.

INVISIBILIZAÇÃO

Apesar de todas as tentativas das últimas décadas de trazer o discurso do gênero e da igualdade feminina à tona, as mulheres ainda sofrem com os processos sociais de invisibilização da sua vivência. Invisibilização porque mulheres compõem aproximadamente metade da população mundial e mesmo assim são trazidas sempre em segundo plano, ou, em muitos casos, não são levadas em consideração nas

esferas de tomada de decisão ou de confecção de políticas públicas destinadas à sociedade na qual vivem sem serem notadas.

A invisibilização da mulher na história, hoje demonstrada em estudos científicos de pesquisadoras inconformadas, é sinônimo de exclusão: exclusão da mulher do espaço público e prisão dela no âmbito doméstico. Inúmeras foram as que construíram teorias, estudos, textos literários, conteúdo científico, mas quem sempre levou o crédito e a autoria foram os homens, seus companheiros, na maioria das vezes, que antes de mais nada deveriam autorizar que a mulher produzisse tais elementos (MORAES, 2017).

E aí entra o discurso da incompetência e todas as evidências dela. Até certa época, como dito no parágrafo anterior, as mulheres não podiam exercer atividades intelectuais e seus parceiros é quem tomavam frente de suas obras, apagando da história a participação feminina e criando a evidência de que os maiores artistas, cientistas e pensadores eram homens. A incompetência e vulnerabilidade da mulher diante dessa contestação ficava escancarada (MORAES, 2017).

Essa privação dos meios educacionais e autorais é política. Essa constatação de incompetência sai da esfera científica e se aloca nas relações de poder que não se alteraram tanto assim, dado que hoje os problemas somente são mais camuflados que solucionados. A exclusão da mulher da sociedade não parte de algo esotérico, de uma ordem abstraída; ela parte da legalidade, da política, do poder. Ela é aceita e reconhecida; ela não é maquiada.

Assim, já é possível estabelecer uma conexão entre o discurso da vulnerabilidade feminina e a sua invisibilização na sociedade para posteriormente se chegar à análise das relações de poder na seara da tomada de decisão e da elaboração de políticas públicas referentes à Mudanças Climáticas. Essa conexão se refere a consideração da mulher como vulnerável e, conseqüentemente, incapaz, e as evidências da ausência da mulher dentre os grandes da sociedade, determinando sua incompetência e subsidiariedade.

VIRTUOSIDADE

Há muito se fala sobre a virtuosidade feminina ou a necessidade de sua presença na mulher. A histórica ligação natural da mulher com a natureza, como demonstra as correntes do Ecofeminismo, discutido anteriormente, trouxe a noção de que mulheres tendem a ser mais virtuosas em suas relações com o meio ambiente.

Mas essa virtuosidade não é diretamente ligada a todas as mulheres, se tornando quase como um antônimo da vulnerabilidade. Segundo Seema Arora-Jonsson (2011), mulheres do Sul são vistas como mais vulneráveis que os homens, enquanto mulheres do Norte são vistas como menos poluidoras – e consequentemente mais virtuosas – que os homens.

Pesquisas apontam que mulheres frequentemente preferem meios de transporte mais limpos, hábitos mais saudáveis e suas preferências de consumo são mais conscientes. No entanto, essas pesquisas tendem a homogeneizar as mulheres ao não levarem em consideração seus contextos socioeconômicos (ARORA-JONSSON, 2011).

Há que se mencionar, ainda, que esse link mulher-meio ambiente, pode significar o reconhecimento do papel da ambiental da mulher, fazendo com que elas tomem posto em projetos como plantio de árvores, conservação de solos e assim por diante, mobilizando os recursos extras do trabalho, conhecimento e habilidades femininas (ARORA-JONSSON, 2011).

Porém, como bem pontua Fatma Denton (2002), coordenadora do Centro Africano de Políticas Climáticas, todo esse debate climático vem perpetuando a subvalorização e a incompreensão da contribuição da mulher na gestão ambiental.

3 O OUTRO LADO DA MOEDA: DE VÍTIMAS A HEROÍNAS

Quarenta anos de pesquisas sobre gênero – entendido, aqui, novamente, como mulher, sem entrar no mérito nas pesquisas que conceituam gênero como uma categoria mais abrangente que isso – asseguraram que ele é uma categoria que precisa ser levada em consideração nas políticas e práticas ambientais. No entanto, Seema segue apresentando que enquanto essas pesquisas se tornaram mais sofisticadas e teoricamente mais fortes, “há também uma certa frustração entre os pesquisadores acadêmicos, bem como entre os praticantes e elaboradores de políticas públicas, de que parece que tudo isso teve um efeito marginal nas práticas ambientais em questão” (ARORA-JONSSON, 2014, p. 295).

Acontece que, como bem destaca Fatma Denton,

Os debates no âmbito das mudanças climáticas são o reflexo de um mundo social e economicamente desigual, onde os homens e os ricos é quem definem as bases na qual participam e constroem

práticas para a redução dos crescentes problemas ambientais, ao lado das mulheres e dos pobres, que somente olham de fora, sem nenhum poder para mudar ou influenciar o rumo e o teor das discussões (DENTON, 2002, p. 10).

Nesta parte, o que se pretende analisar são as relações de poder e os mecanismos por trás do discurso ambiental, que trazem a vulnerabilidade, a invisibilidade e a virtuosidade feminina como forma de controle e opressão da mulher nos debates ambientais.

É legítima a tentativa de algumas pesquisadoras feministas de inserir a mulher nos textos e debates ambientais por meio de argumentos que as tratavam como vulneráveis e virtuosas, por conta do desejo de colocar as relações desiguais de gênero dentre as discussões sobre mudanças climáticas. No entanto, quando as mulheres são trazidas à pauta como vulneráveis e invisíveis elas passam a ser vítimas e responsáveis, perdendo seus poderes de decidir sobre suas ações e direitos e são sobrecarregadas com seu débito com a natureza, por serem virtuosas e semelhantes a ela (ARORA-JONSSON, 2011).

Note-se, que os textos ambientais trazem a mulher em suas linhas e direcionam as ações dos governos para minimizar os efeitos adversos dos problemas ambientais nas mulheres através de mudanças nos setores que foram anteriormente debatidos, como é o caso da saúde, do trabalho e da invisibilização. No entanto, quando o fazem, colocam a mulher como um ser apartado da realidade e no grupo dos vulneráveis, juntamente com as crianças e os idosos, como é o exemplo da Agenda 21, que diz em sua terceira seção, capítulo 24, intitulado “Ação Mundial pela Mulher, com Vistas a um Desenvolvimento Equitativo”, que:

24.6. Os países devem tomar medidas urgentes para evitar a degradação rápida do meio ambiente e da economia em andamento nos países em desenvolvimento, a qual afeta, em geral, a vida da mulher e da criança nas zonas rurais sujeitas a secas, desertificação e desmatamento, hostilidades armadas, desastres naturais, resíduos tóxicos e às conseqüências do uso de produtos agroquímicos inadequados.

24.7. A fim de alcançar essas metas, a mulher deve participar plenamente da tomada de decisões e da implementação das atividades de desenvolvimento sustentável.

Antes de qualquer comentário, é interessante notar que as políticas desenvolvimentistas que remetem a ações que pretendem promover igualdade entre homens e mulheres, ainda não trouxeram à tona as

construções estruturais que limitam o acesso das últimas ao controle e propriedade dos recursos.

Em segundo lugar, aumentar a participação das mulheres em grupos de trabalho de elaboração de políticas climáticas ou de tomada de decisão é fundamental se o que se quer são ações que promovam a igualdade de gênero e não que as prejudiquem. Mas inserir a mulher nesses espaços não é o mesmo que garantir que os interesses de todas as mulheres, que vivem em diferentes contextos sociais, sejam alcançados.

Entrar no mérito das relações de poder por trás do debate ambiental é perceber que quando se foca na vulnerabilidade ou na virtuosidade feminina tira-se a atenção das desigualdades nos processos de tomada de decisão e confecção de políticas. Isso porque generaliza-se a mulher, transformando-a em um bolo homogêneo que a sobrecarrega de responsabilidade em relação ao meio ambiente e a retira dos espaços políticos, deixando-a sem retorno igualitário. Por isso, é necessário, para o debate sobre mudanças climáticas e gênero que os diferentes contextos sociais e econômicos sejam levados em consideração, para que se tenha efeitos concretos para diferentes cenários.

Talvez, um dos problemas seja a falta de estudos estatísticos confiáveis e adequados sobre a vulnerabilidade e a virtuosidade da mulher diante do meio ambiente e das mudanças climáticas, que é o foco dado à mulher, camuflando a realidade das relações de poder e as desigualdades existentes nas instituições e nos discursos sobre mudanças climáticas (ARORA-JONSSON, 2011).

Seema segue dizendo, citando Chant (*apud* ARORA-JONSSON, 2011), que a feminização da pobreza – *feminisation of poverty* – é importante como recurso para as mulheres se inserirem no debate, mas pode simplificar os conceitos de pobreza e gênero, fazendo com que o termo signifique não que a pobreza é uma experiência de gênero, mas que, conforme mostram pesquisas, a grande parte dos pobres são mulheres, o que leva a discussão para outra via, significando que a redução da pobreza levaria, automaticamente, à igualdade de gênero, sem levar em consideração questões estruturais e culturais da sociedade.

No mesmo sentido, afirmações sobre a virtuosidade feminina podem criar responsabilidades para as mulheres sem levar em consideração seus recursos para tanto. Baseados em mitos de gênero e fábulas feministas (CORNWALL *et al.*, 2007), legisladores criam programas e políticas que não traduzem a realidade da maioria daquelas a quem as prescrições são endereçadas.

E então, a mulher aparece nos debates e documentos sobre mudanças climáticas. Mas as estruturas de poder e as desigualdades de

gênero não vêm com ela, como se o problema da secundariedade da mulher no cenário político estivesse resolvido. Salienta, claramente, Seema:

Abordar os desequilíbrios de poder não está necessariamente na agenda. Essa insistência na vulnerabilidade universal das mulheres pode ter um efeito oposto, isto é, o gênero se torna invisível nos debates sobre a mudança climática, uma vez que se supõe que sabemos qual é o problema – a vulnerabilidade das mulheres. Reforça as diferenças entre mulheres e homens como dadas e imutáveis (ARORA-JONSSON, 2002)⁴.

É necessário compreender que as mulheres são, sim, vulneráveis, em muitas e diferentes situações. Todavia, quando somente esse discurso é inserido no debate sobre Mulheres e Mudanças Climáticas, fica-se sem argumentos para se discutir as relações sociais de poder de uma sociedade, e a inserção da mulher nos documentos legislados não analisa os efeitos adversos que essas novas prescrições podem ter em suas vidas. Dessa forma, o que se tem são mulheres que preferem ficar à parte do espaço político – comandado pela figura masculina –, e se confinar em seus próprios grupos de discussão e ação, onde se sentem seguras e mais fortes (ARORA-JONSSON, 2011).

Afinal, é mais fácil e cômodo discutir vulnerabilidade e virtuosidade feminina do que a posição masculina avassaladora nas instituições e agências para o desenvolvimento, que perpetua a desigualdade de gênero.

Caminhando para o final, a transferência de recursos para o combate das mudanças climáticas e seus efeitos adversos, do homem para a mulher requer mais do que documentos e prescrições que afirmem a vulnerabilidade e a virtuosidade feminina. Essa transferência requer que mulheres passem de vítimas – vulneráveis e amigas da natureza – a heroínas, ocupando de forma igual o espaço dos heróis. Para isso é preciso deslocar o discurso para as relações sociais de poder e, principalmente, deslocar a mulher do grupo das vítimas, pois as “*armas*” ficam somente com aqueles que têm capacidade para combater⁵, pois parece

⁴ Tradução livre de: “Addressing power imbalances are not necessarily on the agenda. This insistence on women’s universal vulnerability can have an opposite effect, that is, gender is made invisible in the debates on climate change since it is assumed that we know what the problem is – the vulnerability of women. It reinforces differences between women and men as given and unchangeable”.

⁵ Quase como uma analogia um tanto quanto informal, onde o Norte, ou os países desenvolvidos, são vistos como os adultos que possuem tecnologias e conhecimentos

que a verdadeira intenção do enfoque na vulnerabilidade é não deixar que as mulheres participem efetivamente do debate – e fazer com que sejam apenas mencionadas nele. Assim, com esse deslocamento seria possível que homens e mulheres fossem responsabilizados de forma igual na redução das mudanças climáticas e dos crescentes problemas ambientais, recebendo, ambos, arsenal para tanto.

Por fim, vale destacar o pensamento de Seema Arora-Jonsson que resume o que foi defendido até aqui:

Uma resposta feminista às mudanças climáticas globais deve não apenas desafiar o conhecimento técnico e especializado dos homens sobre mudanças climáticas, mas também a tendência de reforçar as polaridades de gênero assim como as divisões entre Norte e Sul que tendem a rotular as mulheres como vulneráveis ou virtuosas. Relações desiguais de gênero não causam ou agravam a mudança climática. Mas relações de gênero determinam, concretamente, como o meio ambiente é gerenciado (ARORA-JONSSON, 2002)⁶.

Ainda, citando João Guimaraes Rosa “a vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado [...]”, e há sempre a possibilidade de mudar para melhor (ROSA, 1995).

CONCLUSÃO

Conclui-se, pois, que o debate que versa sobre Mulheres e Mudanças Climáticas vai muito além da causa ambiental, sendo necessário discutir as relações sociais de poder de uma sociedade que interferem nos processos de tomada de decisão e elaboração de políticas e prescrições relativas ao Meio Ambiente.

Quando a mulher é trazida como vulnerável, invisível e virtuosa, qualquer ação que a traga ao debate pode ter efeito contrário,

para deliberar e elaborar prescrições para os países do Sul, ou os em desenvolvimento, que figuram como as crianças, incapazes, que necessitam, por serem vulneráveis, de ajuda para lidar com seus problemas ambientais.

⁶ Tradução livre de: “A feminist response to global climate change must not only challenge masculine technical and expert knowledge about climate change but also the tendency to reinforce gendered polarities as well as North-South divides that tend to slot women as vulnerable or virtuous. Unequal gender relations do not cause or aggravate climate change. But gender relations do determine how the environment is managed”.

impossibilitando-a de ter capacidade formal para participar dos espaços políticos que versem sobre mitigação e adaptação dos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Tratar o feminino como vulnerável é apresentar a mulher como vítima e incapaz, simplificando o conceito de desigualdade de gênero e camuflando as estruturas de poder presentes no meio social que não permitem que as mulheres sejam vistas como heroínas e capazes de tomar frente – ou melhor, ficar lado a lado – nos processos de redução dos problemas climáticos.

Considerá-la como virtuosa, também distorce a realidade de muitas mulheres, pois as sobrecarregam de responsabilidade diante de suas relações com o meio ambiente, transferindo para elas o dever de preservar e reconstruir o meio em que vivem em suas comunidades, sem garantias de que tenham recursos para tanto. Homens e mulheres devem ser vistos como responsáveis pela preservação da natureza de maneira igual e ambos devem ser considerados capazes de reduzir os efeitos das alterações climáticas.

Faz-se necessário, assim, que sejam desfeitas as generalizações que não levaram em consideração as diferentes realidades das mulheres e que a transformaram em um bolo homogêneo. As mulheres são, em muitos casos, vulneráveis, invisíveis e virtuosas, mas é preciso que esse discurso não deixe de atentar para as relações de poder que mantêm as mulheres em situação de desigualdade formal e material diante das esferas de tomada de decisão e elaboração de políticas referentes à Mudanças Climáticas, para que, desta forma, elas possam passar de vítimas a heroínas e possam recursos para fazer a diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A INVISIBILIZAÇÃO da Mulher na História: Maria Lygia Quartim de Moraes. [S.l.]: Tv Boitempo, 2017. 1 vídeo (6,5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aT14cSBKd7Q>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ARORA-JONSSON, Seema. Forty of Gender Research and Environmental Policy: where do we stand?. **Woman's Studies International Forum**, v. 47, parte B, p. 295-308, nov. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539514000326>. Acesso em: 08 ago. 2018.

_____. Virtue and Vulnerability: discourses on women, gender and climate change. **Global Environmental Change**, p. 744-751, fev. 2011.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378011000069>. Acesso em: 07 ago. 2018.

AUSTRALIAN ACADEMY OF SCIENCE. **The Science of Climate Chance**. 2015. Disponível em: <https://www.science.org.au/learning/general-audience/science-booklets-0/science-climate-change>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Brasília, 1995.

CHANT, Sylvia. Gendered Poverty Across Space and Time: introduction and overview. *In*: ELGAR, Edward. **The International Handbook of Gender and Poverty: concepts, research, policy**. Cheltenham, 2010.

CORNWALL, A., HARRISON, E., WHITEHEAD, A. Gender Myths and Feminist Fables: the struggle for interpretive power in gender and development. **Development and Change**, Reino Unido, p. 1-20, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7660.2007.00400.x>. Acesso em: 11 ago. 2018.

DENTON, Fatma. Climate Change Vulnerability, Impacts and Adaptations: why does gender matter? **Gender and Development**, v. 10, n. 2, p. 9-20, jul. 2002. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/climate-change-vulnerability-impacts-and-adaptation-why-does-gender-matter-131483>. Acesso em: 08 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Org.). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília, 2011. Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2014: Synthesis Report, Summary for Policymakers**. Disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Summary for policymakers. *In*: FIELD, C. B. *et al* (Eds.). **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Part A: Global

and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2014, p. 1-32.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). **Gender and Climate Change**: strengthening climate action by promoting gender equality. Issues Brief. Nov. 2015. Disponível em: <https://www.iucn.org/resources/issues-briefs/gender-and-climate-change>. Acesso em: 06 ago. 2018.

MILES, Kathryn. Ecofeminsm. In: **ENCYCLOPÆDIA Britannica**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/ecofeminsm>. Acesso em: 08 ago. 2018.

NELSON, Valerie *et al.* Uncertain predictions, invisible impacts, and the need to mainstream gender in climate change adaptations. **Gender and Development**, v. 10, n. 2. p. 51-59, jul. 2002. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/uncertain-predictions-invisible-impacts-and-the-need-to-mainstream-gender-in-cl-131484>. Acesso em: 09 ago. 2018.

ROSA, João Guimaraes. **Grande Sertão: Veredas**. [S. l.]: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/10/GrandeSertoVeredasGuimaresRosa.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.